

Quantas horas tem um dia triunfal?

Ivo Castro
Universidade de Lisboa

Resumo

O dia triunfal de Pessoa durou bastante acima de 24 horas. Um longo período de anos decorreu enquanto o poeta compunha, revia e tornava a rever, os 49 poemas conhecidos como *O Guardador de Rebanhos*. A carta em que ele conta como, em 8.3.1914, tinha escrito em poucas horas mais de metade desses poemas, todos em perfeito estado de acabamento, não é uma peça de história, mas de ficção. Uma larga quantidade de autógrafos sobreviventes ajuda a entender o que, em vez disso, realmente aconteceu: a criação em rascunho de muitos poemas do *Guardador* situou-se entre Março e Maio de 1914, enquanto o ciclo ganhava forma; depois disso, várias transcrições acompanhadas de trabalhosas revisões foram realizadas durante um período longo, de pelo menos uma década. É justo reconhecer, no entanto, que o arranque criativo que pôs em marcha essa avalanche de revisões textuais pode ser situado, senão em um dia, naquele dia, pelo menos no decurso da primavera de 1914.

Palavras-Chave: Fernando Pessoa, Poesia do século XX, Crítica Textual, Estudos Genéticos.

Abstract

Pessoa's "Triumphal Day" lasted rather more than 24 hours. A lengthy period of several years elapsed as the poet composed, and then revised and revised, the 49 poems known as *O Guardador de Rebanhos*. His letter telling how, in 8.3.1914, he had written in a few hours more than half of those poems, all of them in fine polished condition, is not a piece of history, but of fiction. A large number of surviving autographs help us to understand what happened instead: most of *Guardador* poems were drafted from March to May 1914, as the cycle started to take shape; then, several transcriptions coupled with arduous revisions took place during a much longer period, a decade at least. It is fair to concede, however, that the creative thrust that started this snowball of textual revisions can be placed not in one day, not in that day, but by the springtime of 1914.

Keywords: Fernando Pessoa, XXth Century Poetry, Textual Criticism, Genetic Studies.

Quantas horas tem um dia triunfal?

Ivo Castro
Universidade de Lisboa

o milagre se faz no dia errado
Pessoa, Rubaiyat

Quantas horas tem um dia triunfal? Muitas mais do que as que cabem num dia normal. Por isso é que é triunfal.

As evocações e celebrações de factos do passado prestam-se a manifestações singulares da função poética da linguagem. Quem se detém no transepto do mosteiro de Alcobaça e contempla os túmulos de Pedro e Inês, preparados para o seu face-a-face no dia do juízo final, engana-se se atribui essa disposição à presciência de Pedro, pois os túmulos só estão assim desde o restauro da igreja em 1957 e a ideia, ao que parece, foi de Afonso Lopes Vieira (Ferreira, 2013: 38). No mosteiro dos Jerónimos, terreno fértil em subtilezas sepulcrais, nem todos sabem que o túmulo da entrada só por acaso fortuito poderá conter os ossos de Camões; quando se tratou de transferir o bardo do chão da igreja do convento de Santana para os Jerónimos, com vista às comemorações de 1880, foram encontradas várias sepulturas e nenhuma com identificação, de modo que se decidiu transladar umas ossadas em bom estado, que, ou eram as camonianas, ou pelo menos andavam de companhia com elas há muito tempo (Macedo, 1880). O reino de Portugal teve origem, segundo a maior parte dos historiadores, no ano de 1143, o que não impediu que grandes comemorações da nacionalidade tivessem sido celebradas no ano mais redondo de 1940. Preparam-se agora, ao que consta, umas curiosas comemorações dos 800 anos da língua portuguesa a propósito de um documento de 1214, apesar de serem conhecidos documentos autênticos escritos em português pelo menos 40 anos antes e de a língua falada pelo povo, pelos nobres, pelos trovadores e por Afonso Henriques ter iniciado a sua formação quatro ou cinco séculos mais cedo e estar mais que feita.

Perante isto, celebrar agora o centenário da criação do *Guardador de Rebanhos*, sabendo embora que nenhum autógrafo é conhecido de 8 de Março de 1914, só pode configurar-se como um acto da melhor tradição nacional. Afinal, não temos nenhum autógrafo desse 8 de Março, mas temos muitos de datas contíguas, que não precisam de invocar o princípio de autenticidade

por vizinhança como o que legitimou os ossos camonianos porque são, no nosso caso, verdadeiros e indiscutíveis ossos de Pessoa.

Precisamos apenas, a título de preparação lustral, de proceder a um pequeno número de abdições: deixar de acreditar que Pessoa escreveu de uma assentada aqueles poemas todos; deixar de acreditar que aqueles poemas nasceram prontos a ir para a tipografia; aceitar que partes da carta a Casais Monteiro não são documento biográfico, e parte alguma dos inter-escritos da *côterie* literária o é; não tomar à letra o sintagma *dia triunfal*, mas aceitar que, nele, *dia* não significa ‘unidade de 86.400 segundos, ou mais ou menos 24 horas’ e que *triumfo* não significa ‘maratona de escrita’.

Esta ligeira rearrumação de opiniões e expectativas é necessária para lidarmos com os factos que são conhecidos, ou verosimilmente reconstituíveis, do modo como Fernando Pessoa escreveu os poemas do *Guardador*. Seria primário, e inútil, reduzir a oposição constatada entre esses factos e a narrativa que Pessoa dispensou a um simples jogo de verdades e enganos. Seria inútil, e primário, tomar à letra os factos constatados e pura e simplesmente querer exilar do nosso discurso a expressão *dia triunfal* e tudo o que ela evoca. Seria inútil porque ela já está inscrita inalienavelmente no repertório de clichés do português contemporâneo, a par daquele outro da *minha pátria*, do outro da *alma pequena*, ainda do uso de *heterónimo* com valor de ‘outro’ e finalmente, com amável vénia aos promotores deste colóquio, do jogo paronímico *estranhar / entranhar*. Por pouco, se a sequência de sons fosse mais prestável, seria com esta expressão fabricado um verbo, ao modo de *grandolar*, que todos usariam com abundância e despropósito. Não digo isto com ironia, mas contrariada admiração, pois poucos escritores conseguem em tão pouco tempo colocar os seus achados verbais na boca de todos os falantes, que não são seus leitores. Camões fê-lo, mas num ambiente rarefeito, onde a transmissão era fácil entre gente culta. O’Neill também, mas tendo o meio publicitário como veículo.

Se vamos ter de conviver com a expressão *dia triunfal*, vale a pena começar a designá-la mais apropriadamente, e na linha do que acabo de dizer, como sendo um signo linguístico. E reconhecer que os problemas que levanta, ao sugerir uma coisa que não existiu na ordem terrestre, são problemas de significação. Torna-se oportuno, então, recorrer à ajuda do homem que nos ensinou a todos que o signo linguístico é arbitrário – Ferdinand de Saussure.

E, a propósito dele, deparamos com uma efeméride que ficou por celebrar. Comemorou-se no ano passado (2013), sem que alguém no nosso país emitisse um suspiro de evocação, o centenário da morte de Saussure. No máximo, hoje, resta-nos comemorar o centenário de mais

um laborioso e anónimo dia de Março de 1914, que Albert Sechehaye e Charles Bally ocuparam a comparar as sebatas dos colegas que, com eles, tinham assistido às aulas de Saussure na universidade de Genebra e de que esperavam conseguir extrair um livro de texto limpo e safo, que fosse fiel às lições do mestre sem violentar as convicções deles, alunos e editores. O resultado, como se sabe, veio a ser o *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 1916), publicado em 1916 e geralmente considerado um dos livros mais influentes não só da linguística, como de qualquer ciência que se ocupa da palavra. O *Curso* foi redigido com base em escassos apontamentos autógrafos destinados aos três cursos de Linguística Geral que Saussure deu em Genebra nos anos 1906-7, 1908-9 e 1910-11 (Parret, 1993: 189), mas sobretudo com base nos apontamentos de meia dúzia de alunos e no considerável engenho editorial de Bally e Sechehaye. Vale a pena frisar, porque facilmente atribuímos a Saussure toda e qualquer citação do *Curso*, que o texto é em larga medida uma construção dos seus editores, muito discutida mas não propriamente condenada, pois eles foram transparentes na exibição das suas opções de escrita e de arquitectura, fortificados pelo reconhecimento de que, sem esse labor que os estava ocupando faz agora exactamente um século, talvez não tivesse havido livro, porque de autógrafos quase nada sobrevivera, porque pouco fora produzido. É este o primeiro paralelo que apontarei entre Ferdinand de Saussure e Fernando Pessoa: as suas grandes obras não saíram das suas mãos nem safas, no sentido de fechadas e acabadas, nem limpas, no sentido de prontas à nascença, após a primeira redacção. De Pessoa sabe-se quão pouco publicou, com o ar de quem teria gostado de publicar mais; Saussure limitou-se a dar à estampa, talvez por obrigação legal, a tese de licenciatura, *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1878), e a tese de doutoramento, *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* (1881), além de escassos artigos em revistas científicas.

Vejam até que ponto os editores de Saussure foram. O último capítulo do *Curso* é um pequeno texto de cinco páginas sobre famílias de línguas e tipologia linguística, colocado um pouco à força no remate de uma série de capítulos de linguística retrospectiva (ou histórica), aquela linguística que estamos habituados a não associar ao nome de Saussure, mas antes à tradição da ciência oitocentista de que ele se destacou (ou eles o destacaram). Para justificar a colocação do capítulo, problema que reconhecem, os editores inserem uma nota de grande franqueza: “Embora este capítulo não trate de linguística retrospectiva, colocamo-lo aqui porque pode servir de conclusão à obra inteira.” (Saussure, 1916: 313). E a chave disso encontra-se no último parágrafo do capítulo, e portanto da obra, que frequentemente é citado e discutido:

Das incursões que acabamos de fazer em domínios limítrofes da nossa ciência, depreende-se um ensinamento negativo, mas tornado interessante porque concorda com a ideia fundamental deste curso: *a linguística tem por único e verdadeiro objecto a língua encarada em si mesma e para si mesma.*

(*ibid.*: 317)

Como observa Tullio de Mauro, na edição crítica do *Curso*, em que se assume como o editor dos editores, nada nas fontes autógrafas indica que Saussure tenha formulado esta famosa conclusão ou que ela constitua a ideia fundamental do seu ensino (*ibid.*: 476). No entanto, a frase ganhou o estatuto de programa da linguística interna e sistemática, que não se preocupa com a dinâmica desprendida dos desequilíbrios sincrónicos, nem com as contingências históricas ou sociais, nem com os fenómenos evolutivos; um programa que condicionou o desenvolvimento das doutrinas linguísticas do séc. XX, a começar pelos vários estruturalismos. E este é o segundo paralelo que se pode estabelecer entre Saussure e Pessoa: também a poesia editada pela Ática nos anos 40, censurada e cosmetizada, às vezes banalizada no sentido de trazida por más leituras para mais perto do gosto comum, quase sempre escorada em poemas prontos, de onde era expulsa a vibração de variantes chegadas tarde, constituiu o primeiro retrato de Pessoa, plenamente vitorioso e bem acolhido por um público que talvez tivesse torcido o nariz ao complicado poeta que ele realmente foi, e que só agora começamos a poder ler de ponta a ponta, e sem indulgências.

Outro ponto de aparente convergência entre Saussure e Pessoa. Uma das obras que Saussure abandonou a meio é constituída por 117 cadernos manuscritos conhecidos por *Cahiers d'Anagrammes*, em que o mestre suíço, nas palavras de Robert Godel, se dedicou a “singulares pesquisas”, assim caracterizadas:

Saussure “estava convencido de que, na literatura da antiguidade greco-latina, eram propositadas certas repetições exactas ou aproximadas de letras ou de sílabas numa mesma passagem; descobrindo e interpretando com rigor essas recorrências e correspondências, deveria ser possível encontrar palavras-chave – em geral nomes próprios – que estão deslocadas (de onde *anagramas*) ou que se inscrevem em filigrana sob o texto do poeta ou prosador (de onde *hipogramas*)”.

(Godel, *apud* Rodríguez Ferrándiz, 1997: 19)

Não é preciso sugerir que este método seja aplicado à poesia pessoana, pois tal caminho já foi delineado e percorrido por Roman Jakobson no ensaio sobre os oxímoros dialécticos de Pessoa, que escreveu em colaboração com Luciana Stegagno-Picchio (Jakobson, 1981). Dentro, ou sob o nome de *Alberto Caiero*, Jakobson encontrou por um lado, através de duas metáteses (IR

> RI e EIR > REI), as duas sílabas iniciais de *Ricardo REIs*, e por outro lado encontrou um mesmo AL em *Alberto* e em *Álvaro*, além do CA de *Caeiro* e de *Campos*. Nestes exercícios, Jakobson, que nada sabia de português, foi guiado por Luciana Stegagno-Picchio, que no seu português fortemente acentuado não articulava a vogal nasal de *Campos*, mas sim, como italianos fazem, uma vogal oral seguida de consoante nasal: *Ca-mpos*. Isso ajuda a entender a facilidade com que os dois autores aceitaram como idênticas as sílabas de arranque de *Caeiro* e de *Campos*. Jakobson aplicou ao texto de Pessoa – quer nestes heterónimos, quer nos poemas da *Mensagem* – análises explicitamente inspiradas no método anagramático de Saussure, com resultados susceptíveis de convencer, sem dúvida, muitos leitores. Mas não tenho conhecimento de tentativas – que podem ter ocorrido, e sido bem sucedidas – de verificar se os inúmeros papéis em que Pessoa parece brincar com nomes e palavras, salientando certas letras e sílabas, entrecruzando outras, jogando com a escrita jogos de finalidade indiscernível, se destinavam apenas a concursos charadísticos de jornais ingleses, ou a projectos de teorização versificatória, ou, tal como Saussure, a procurar sob a linguagem outras formas de linguagem que satisfizessem o seu gosto pelo conhecimento oculto e difícil de desvendar.

Faltam-me bases para outro possível paralelo: o interesse por inquirições de teosofia e espiritismo. Nos anos de 1895-98, Saussure esteve envolvido num caso de espiritismo examinado por um colega seu da universidade de Genebra, o psicólogo Théodore Flournoy; a paciente era a *medium* Hélène Smith, que costumava encarnar a personagem de uma antiga princesa indiana e se exprimia numa espécie de sânscrito que ninguém entendia. O papel de Saussure consistiu em analisar com o método anagramático os discursos da *medium* e avaliar se o que ela falava era realmente sânscrito; pelo título do livro de Flournoy, *Des Indes à la planète Mars. Étude sur un cas de somnambulisme avec glossolalie*, percebe-se que o diagnóstico foi negativo (Flournoy, 1900). Embora a intervenção de Saussure se justificasse pela qualidade de perito em sânscrito, pergunta-se se não haveria nele um anterior interesse pelos fenómenos do transpsiquismo que o tivesse movido a tais terrenos, em que o emparelhamento com Pessoa, cujas propensões são bem conhecidas, se tornaria uma exploração das mais interessantes.

Mas é a aplicação ao contexto pessoano de um conceito central do pensamento de Saussure que se vai revelar muito proveitosa. O primeiro dos “caracteres primordiais” da linguagem, a arbitrariedade do signo linguístico (Saussure, 1916: 100), resolveu um antigo problema semântico, que era o de determinar o modo de relacionamento entre a linguagem e os objectos do mundo real. O signo linguístico é um produto formado por um *significante* e um *significado*, que não se

acham vinculados necessariamente um ao outro; a relação que os liga é arbitrária e pode ser substituída por outra relação em outro sistema linguístico. O signo linguístico existe na mente dos falantes, pois é aí que residem os seus dois componentes. Não se confunde, portanto, com o *referente*, que é o objecto físico, produto cultural ou ideia abstracta que aquele signo evoca em determinado sistema linguístico. Há uma fractura interna e inerente ao signo, entre os seus dois componentes, e uma outra fractura externa, entre o signo e o mundo dos referentes. Sem estas fracturas não haveria arbitrariedade entre os três planos que elas separam: o plano das coisas (*referentes*), o plano dos conceitos abstractos que referem as coisas (*significados*) e o plano dos padrões sonoros que referem os significados (*significantes*). Somos nós, nos sistemas linguísticos em que nos integramos e que usamos para comunicar com os outros e nos relacionarmos com a realidade extra-linguística, que decidimos qual significante deve ser ligado a qual significado, quando queremos falar de alguma coisa, pessoa ou ideia. É conveniente que essa decisão, uma vez tomada, permaneça estável para comodidade da sociedade que usa a língua, o que cria a ilusão de que o signo é aquele, e não outro, por motivação social ou histórica. Mas essa ilusão, que é intuitiva, não resiste ao facto de que sempre é possível reformular o esquema de ligação entre os três planos. Coisas diferentes podem ser designadas pelo mesmo signo linguístico, signos diferentes podem designar a mesma realidade. Nisso reside o arbitrário do signo.

Tomemos o signo linguístico *dia triunfal*, pois a isso se destinou este longo preâmbulo. O seu referente, o conjunto de actividades desenvolvidas por Pessoa durante a escrita do *Guardador de Rebanhos*, não cabe dentro do período temporal a que geralmente chamamos *dia*. Mais ainda, esse dia foi identificado como 8 de Março de 1914, mas nenhum dos poemas datados do *Guardador* está datado desse dia. Finalmente, não é possível compatibilizar a versão dada pelo autor acerca dos acontecimentos do dia 8 (uma chuva epifânica de poemas sobre a sua cabeça involuntária) e os maços de rascunhos escritos e revistos e copiados, sem unidade de tempo, espaço ou material, por um criador insaciável. Não é possível, enquanto tomarmos em sentido literal o signo *dia triunfal*.

Mas se invocarmos a arbitrariedade do signo para aceitar que, seja qual for a realidade referencial da criação do *Guardador de Rebanhos*, a ela nos continuaremos a referir como tendo sido um dia triunfal, porque Pessoa assim o desejou, como poderia ter desejado outro nome qualquer, quer-me parecer que o problema desaparece nos termos em que habitualmente é colocado. Mais que um sintagma portador dos significados adicionados das suas partes, *dia triunfal* é um nome

próprio, que designa indivíduos mas não os significa; é quase uma marca, um ícone, a quem é indiferente que a entidade designada seja um dia longo, um dia breve, uma semana ou um mês.

Não precisamos, assim, de concordar com Jorge de Sena quanto à “possibilidade da realização contínua de dois terços” do *Guardador* em 8 de Março (Sena, 1979), nem de acompanhar Agostinho da Silva quando, em *Um Fernando Pessoa* (Silva, 1959), engole inteira, e embeleza, uma narrativa que Aliete Galhoz, que sabia das coisas, havia de etiquetar como “ficção de uma boa biografia e crónica” (Pessoa, 1960 [1965]: 680). Vale a pena recordar na íntegra o aval dado por Agostinho da Silva à carta para Casais Monteiro:

E sabemos, efectivamente, que grande parte da produção poética de Alberto Caeiro foi escrita a jactos de inspiração e composição, podendo depois passar directamente das mãos do escritor para as do tipógrafo. Só no dia 8 de Março de 1914, mais ou menos um ano antes de morrer, escreveu os trinta e tantos poemas de *O Guardador de Rebanhos*.

(Silva, 1959 [1988]: 55)

Em 1988, depois de conhecidas as dúvidas filológicas levantadas pelos rascunhos a esta narrativa (Castro, 1982), Luciana Stegagno-Picchio veio declarar que mantinha a sua fé no *dia triunfal* como processo psicológico, que define como uma “nova combinação”:

(...) a ideia do *Guardador de Rebanhos* como um conjunto único e unitário subordinado àquele título, nasce quando nasce o título, quando um episódio subjectivo histórico (...) relaciona de improviso, num conjunto hierarquicamente definitivo, as possibilidades presentes nas estruturas colaterais e as aperta num novo conjunto selectivo e poético.

(Stegagno-Picchio, 1990: 68)

Quer isto dizer que, mesmo descartando a cena da cómoda alta, se poderia continuar a acreditar que houve um momento triunfal, em que Pessoa organizasse em conjunto hierarquizado e definitivo os seus projectos (ou, mais exactamente, os seus rascunhos). A ideia é boa. Sem dúvida, algo parecido com isso aconteceu, mas não aconteceu uma e sim várias vezes, em diversos momentos de progressivo ajuste e reordenação dos poemas, o que esbate o impacto que teria tido um momento excepcional e único. E a ordenação de poemas foi tudo menos definitiva, assim como o seu texto ficou tudo menos fixado eternamente. Estes e outros sucessivos desapontamentos provocados pela contrariante evidência dos textos e documentos deveriam ter sido gratamente reconhecidos por um filólogo, como foi o caso, distintíssimo, da autora do livro chamado *La Méthode Philologique* (Stegagno-Picchio, 1982).

A crítica que aqui é feita a estes críticos parece-me, no momento de apresentar este texto e depois de ouvir muito que se tem dito neste colóquio, menos necessária do que terá sido em tempos anteriores, e até mesmo um pouco datada. A cristalização do significante *dia triunfal* é

consensual. A manutenção de 8 de Março como epicentro da génese do *Guardador* é, se for preciso, negociável. A fractura entre signo e o referente de 8 de Março pode ser aceite pacificamente por quase todos. Os problemas da descrição do referente real, de que ainda vou falar, acham-se bastante circunscritos e acabarão em consenso, porque o material tem sempre razão. A superfície frontal das dificuldades parece ter-se deslocado para outras zonas: as datas declaradas ou reconstituíveis da produção pessoana, cujo inventário e geometria podem revelar-se ainda mais informativos; e principalmente a grande questão do significado atribuível ao signo *dia triunfal*: que intentou Pessoa significar? Por sorte, a espécie de juramento hipocrático que os editores de texto devem fazer de nunca ajuizar das intenções dos autores força-me a deixar esse espinhoso encargo a colegas mais valorosos.

Ocupemo-nos, então, do referente a que corresponde a designação *dia triunfal*. À partida, sabemos que Pessoa não podia ter escrito trinta e tal poemas em uma sessão de escrita, porque a diversidade dos materiais (papéis de muitos tipos, canetas, estilos de letra) aponta para uma criação feita à peça, ou em pequenos núcleos, em muitos locais e momentos. Sabemos também que o resultado dessa escrita não foi um texto definitivo: em vez disso, cada poema teve a sua criação em rascunhos ou borrões¹, identificáveis pelos papéis de recurso utilizados (costas de impressos, badana de um livro, cinta de correio, folha timbrada de um café; ou então folhas de caderno recortadas, ou usadas inteiras, como bifólio para vários poemas de criação simultânea), identificáveis ainda pela letra rápida, destinada a registar texto e não a ser dada a ler por outros (logo, para uso próprio)², mas principalmente identificáveis pela relativa escassez das emendas, sintoma da mesma escrita veloz, que apenas se interrompe para emendas de tipo imediato e deixa para mais tarde as revisões mais sérias. Estas revisões tiveram lugar em sucessivas cópias a limpo, entre que avulta o caderno manuscrito que publiquei em facsimile (Pessoa, 1986). Estas cópias limpas são manuscritas ou dactilografadas, e serviram para mudar o texto no próprio acto de cópia ou, as mais das vezes, para o mudar em intervenções posteriores, que se acumulam em estratos, identificáveis em várias zonas da cópia pela identidade da caneta ou lápis, pelo estilo da letra e o seu corpo. As cópias limpas tiveram início quando ainda decorria a criação dos poemas do ciclo: o poema XLVI foi criado nas costas de duas folhas da primeira cópia limpa, que tinha sido abandonada por prematura. Isto significa que, quando empreendia uma cópia a limpo, o

¹ Que Stegagno-Picchio confunde com projectos: “Há com certeza sempre uma série de projectos anteriores (os rascunhos de Pessoa)...” *loc. cit.*

² Agostinho da Silva imaginava que os manuscritos teriam seguido directamente para o tipógrafo, *loc. cit.*

poeta julgava ter concluído o ciclo, mas não tinha; as listas de poemas então elaboradas, que não são projectos, mas ordenações dos poemas existentes, revelam que a estrutura do ciclo não estava fixada; a numeração dos poemas, muito instável, diz o mesmo (o poema XVIII nasceu sem número, o que significa literalmente que não nasceu dentro do *Guardador*, o qual podia nem existir ainda; foi depois numerado como XXI, recuou para 16, avançou para 18 e ainda para 19, voltando definitivamente a XVIII); alguns poemas guardaram até ao fim marcas de dúvida quanto à sua permanência (XVI, XVII, XVIII), o que obriga a admitir que o ciclo, se tivesse sido publicado na íntegra pelo poeta, poderia não ter os seus 49 textos. Mas nunca saberemos quantos restariam: veja-se o poema XV, que começa assim na edição crítica:

As duas canções que seguem
 Separam-se de tudo o que eu penso,
 Mentem a tudo o que eu sinto,
 São do contrario do que eu sou...
 Escrevi-as estando doente...

Mas o rascunho do poema começou por dizer *As 4 canções que seguem*, logo emendando para *As 5 canções*. As duas cópias a limpo que se sucederam não acataram aquela emenda e mantiveram *As quatro canções*. Mas a mais recente delas reduziu a exigência para *As duas canções*. É por isso, por ser a lição derradeira, que a edição crítica a adopta. Mas o poema XV nunca foi publicado por Pessoa em vida; portanto, não sabemos quantas acabariam por ser as “canções da doença”, se o tivesse publicado. Temos de concluir que a arquitectura do *Guardador* não chegou a nós cristalizada em definitivo³, mas deve ser lida como um gesto suspenso, que não houve tempo de concluir.

Há mais quanto às sucessivas cópias do ciclo. A primeira cópia limpa, abortada antes do poema VII, contém poemas que nasceram em rascunho com os seus números de ordem definitivos: esses sabiam, portanto, que pertenciam a um conjunto, mas não sabiam a forma desse conjunto, nem que nome tinha. Na primeira cópia limpa, o nome *Guardador de Rebanhos* nunca aparece e não podemos afirmar que já tivesse sido inventado. A segunda cópia limpa é dactilografada, com um poema numerado por página também numerada; desgraçadamente, sobreviveram pouquíssimas folhas, de modo que não sabemos se a cópia foi completa, que estrutura teve e porque foi abandonada. O texto que oferece esta cópia situa-se numa linha evolutiva a meio caminho entre os rascunhos e o grande caderno manuscrito de que já falei, o que não deixa de ser estranho, como se Pessoa tivesse achado que era altura de preparar uma

³ “Conjunto hierarquicamente definitivo”, dizia Stegagno-Picchio, *loc. cit.*

versão dactilografada para a publicação (ou pelo menos para dar a ler), num momento em que ainda não tomara consciência de que muito trabalho faltava na revisão miúda do texto dos poemas e na disposição final do ciclo. Percebido isso, a cópia dactilografada torna-se inútil e é descartada, com a excepção de algumas folhas com textos manuscritos no verso, que foram, por esse motivo apenas, preservadas; e é empreendida a terceira cópia, num sólido conjunto de quatro cadernos de papel almaço, com amplas margens e páginas de verso desimpedidas, bom para receber a pouco e pouco emendas e para acompanhar o poeta durante o resto da vida, como fez (não exactamente, porque estava em poder de Eduardo Freitas da Costa quando o poeta morreu e escapou, assim, à arca). Ponto que não se explica bem: esta terceira cópia foi feita a partir dos rascunhos, mas também dos dactiloscritos, pois tem dívidas para com uns e outros. Dela saiu em 1924 ou 1925 uma nova dactilografia, o original de imprensa destinado à publicação na *Athena* de 23 poemas (seguida em 1930 do original de imprensa do poema VIII, publicado na *Presença*). Como o poeta aproveitou a fase de digitação destes originais de imprensa para introduzir novas variantes textuais, elas contam, solidariamente, como uma quarta cópia limpa. Tudo isto, rascunhos e cópias, perfaz a quase totalidade do *corpus* material que se apresenta como sendo a produção do *dia triunfal*. Quase totalidade – porque a este conjunto de manuscritos e dactiloscritos é preciso adicionar um impresso conhecido há poucos anos, um exemplar da *Athena* pertencente à biblioteca particular de Pessoa, que possui variantes manuscritas autógrafas que importam para a edição. Menos novidade tem a noção de que, depois de impressos os poemas na *Athena*, a sua revisão não cessou por isso; lembremo-nos do exemplar pessoano emendado da *Mensagem*, sobre o qual se fazem todas as edições desde a da Agência Geral das Colónias. Além de que estou convencido de que também no caderno manuscrito os poemas continuaram a ser revistos depois de impressos. Temos assim duas fontes de variantes tardias, candidatas naturais a figurarem na edição crítica; quase sempre são conciliáveis, mas quando entram em conflito, como no terrífico v. 7 do XXXIX, o editor fica obrigado a escolher entre

– Rio como ao concordar com um regato que bate n'uma pedra...

e

– Rio como um regato que soa á roda de uma pedra...

sem poder recorrer ao sistema da lição derradeira, porque não sabe qual das duas o é.

Retomando o fio. Este volumoso e complexo conjunto de peças constitui, pois, a produção do *dia triunfal*. Mais uma vez se pergunta: quanto tempo durou esse dia?

A escrita do *Guardador de Rebanhos* divide-se em dois períodos sucessivos, mas que em parte se sobrepõem:

- a) o *tempo dos rascunhos*, que vai de 4 de Março a 10 de Maio de 1914, e
- b) o *tempo das cópias limpas* (incluindo as revistas), que começou antes de 10 de Maio e se prolongou, tanto quanto sabemos, até ao fim da vida.

No tempo dos rascunhos, o mais antigo acto de composição de poema que viria a ser acolhido no ciclo ocorreu no dia **4 de Março de 1914** e consistiu na redacção, seguida ou próxima, em papel único, dos poemas I, XVI, XIX, XXXV e XXXIX (2.^a parte). O segundo acto de composição ocorreu em **7 de Março** seguinte, quando os poemas XVII, XX e XXI foram escritos. O poema XXVI foi criado em **11 de Março** e os poemas XXIV e XXV foram-no dois dias depois, em **13 de Março**. O poema XII, de **12 de Abril**, e o XLVI, de **10 de Maio**, são os últimos com data fornecida pelos rascunhos. A maior parte destes poemas tinha data, mas não tinha número nem qualquer sugestão de fazerem parte do ciclo. Apenas alguns, como o I e o XII, nascem neste período sabendo que lugar ocupam no ciclo. Não há evidência para dizer que o título do ciclo, ou o nome de Caeiro, ou a ideia de ciclo, e menos ainda a sua arquitectura, tenham sido concebidos antes da escrita dos poemas, sendo essa concepção a substância do *dia triunfal*. Temos, assim, uma dúzia de poemas sem número de ordem, mas com data, escritos na semana de Março cujo centenário estamos comemorando. Logo a seguir, outra dúzia de poemas foi escrita mais ordenadamente, com números, sendo-lhes adicionado aquele primeiro grupo. As decisões aglutinadoras que começaram a dar forma ao ciclo podem ter ocorrido aqui, antes desta adição, em meados de Março. Mas não lhes chamemos triunfais, por favor, nem pensemos que o ciclo ficou montado. Pode ter ocorrido nestes dias a precipitada primeira cópia limpa. Dois outros grupos de poemas, um com numeração provisória a romano e outro com numeração a árabe foram depois escritos, sem datas; andaram jogados daqui para ali até encontrarem o seu lugar definitivo dentro do ciclo. Esse processo não pode ter sido instantâneo e não teve remate expresso, pois, como vimos, as “canções da doença” ainda no caderno manuscrito tinham a existência ameaçada e nenhuma foi admitida às revistas.

A produção da cópia dactilografada e do caderno manuscrito devem ter seguido de pouco esta fase dos rascunhos, pois são o seu complemento natural e Pessoa já mostrara, com a primeira tentativa de cópia, que tinha pressa. Sabemos que o caderno estava pronto em 1922,

quando recebe nas costas de uma página o *Penúltimo Poema* de Caeiro, mas é provável que estivesse concluído bastante mais cedo.

Não é fácil distinguir o tempo das cópias do tempo das revisões, pois as duas operações se entrelaçam mais ainda no modo que no tempo: copiar era também rever. O tempo das revisões não teve fim visível e só podemos concluir que o *dia triunfal* que a tudo isto deu origem foi um dia extraordinariamente longo, vário nos seus processos e, como diria Valéry, mais interrompido que acabado.

O que, por sua vez, nos leva a perguntar de novo o que pretendia Pessoa quando o singularizou. Não foi com certeza a proeza de escrever concentradamente meia centena de poemas em dois meses. Que é isso comparado com o dia 12 de Outubro de 1933, em que escreveu 10 poemas inteiros? Ou com a semana de 4 a 10 de Agosto de 1934, em que escreveu 40 poemas, meses antes da missiva a Casais Monteiro? Ou ainda as semanas de 19 a 31 de Agosto de 1930, em que compôs 49 (quarenta e nove) poemas? Se houve dias ou períodos curtos que assistiram a maratonas de escrita, foram mais estes que os dias de Março de 1914.

Singularizou-o para focalizar nele todo o drama da criação dos heterónimos, sendo de reter as propostas que mostram a coesão inter-textual entre o *dia triunfal*, os textos da *côterie* e as cartas dirigidas a vários amigos. Mas a cumplicidade evidente entre estes textos todos decorre de relações inter-textuais, entre textos autónomos que se corroboram quando coincidem, e coincidem quando aludem semelhantemente ao mesmo referente? Não se tratará, antes, de relações de natureza intra-textual, aquelas que naturalmente se estabelecem entre as várias partes de um discurso? Discurso escrito ao longo de muitas horas de muitos anos mas, afinal, escrito por uma mesma mão, cotovelo, mente, e portanto um discurso único e a uma voz.

Outra última pergunta: estará com este inventário completa a série dos textos escritos pelo autor do *dia triunfal*? Não se deveria considerar também como acto de escrita autográfica a alinhar com esses, e a ter de fazer sentido com esses, a crucial decisão de guardar praticamente todos os autógrafos que comprovam exactamente o contrário do que os textos declaram? Se essas embaraçantes provas tivessem sido subtilizadas, as pretensões dos textos seriam admitidas sem reservas e ao *dia triunfal* pouco restaria de estranho. Que quereria Pessoa significar, quando as não destruiu?

Referências:

- CASTRO, Ivo (1982) “O corpus de *O Guardador de Rebanhos* depositado na Biblioteca Nacional”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 (1), 17-61 [2.^a ed. *Editar Pessoa*, Lisboa, INCM, 2013, 23-41].
- FERREIRA, Emídio M. (2013) *Um Pensamento de Pedra. Os jacentes duplos medievais e o túmulo dos Pinheiro na Colegiada de Guimarães*, Guimarães, Fundação da Cidade de Guimarães.
- FLOURNOY, Théodore (1900) *Des Indes à la planète Mars. Étude sur un cas de somnambulisme avec glossolie*, Paris, F. Alcan.
- JAKOBSON, Roman, e STEGAGNO-PICCHIO, Luciana (1981) “Les oxymores dialectiques de Fernando Pessoa”, *Poetry of Grammar and Grammar of Poetry*, Berlim, W. de Gruyter, 639-659.
- MACEDO, José Tavares (1880) *Relatório feito em nome da Comissão nomeada por portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões, escripto por José Tavares de Macedo na qualidade de Secretário da mesma Comissão*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PARRET, Herman (1993) “Les manuscrits saussuriens de Harvard”, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 47.
- PESSOA, Fernando (1960) *Obra Poética*, ed. Maria Aliete Galhoz, Rio de Janeiro, Aguilar [2.^a ed.,1965].
- ____ (1986) *O Manuscrito de O Guardador de Rebanhos de Fernando Pessoa*, ed. Ivo Castro, Lisboa, Dom Quixote.
- RODRÍGUEZ FERRÁNDIZ, Raúl (1997) *La semiótica anagramática de Ferdinand de Saussure. Génesis, crítica y tipología*, Tese de doutoramento, Alicante, Universidade de Alicante.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1916) *Cours de Linguistique Générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye, avec la collaboration de Albert Riedlinger, ed. crit. de Tullio de Mauro, Paris, Payot, 1972.
- SENA, Jorge de (1979) “O ‘Meu Mestre Caeiro’ de Fernando Pessoa e outros mais”, *Actas do 1.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, Porto, 346-347.
- SILVA, Agostinho da (1959) *Um Fernando Pessoa* [2.^a ed. Lisboa, Guimarães, 1988].
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana (1982) *La Méthode Philologique*, Paris, Gulbenkian, 2 vols.
- ____ (1990) “Filologia vs Poesia? Eu defendo o «dia triunfal»”, *Actas do Encontro Internacional do Centenário de Fernando Pessoa. Um século de Pessoa*, Lisboa, SEC, 63-70.